

Concelho de Odivelas

Encontro

CDU

Temos Soluções!
Somos Alternativa!



Sala Azul do Silvado
25 de Outubro de 2008

Intervenções



Ilídio Ferreira

Vereador da CDU na Câmara Municipal de Odivelas

Membro do Executivo da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP

Temos Soluções! Somos Alternativa!

É sempre bom lembrar que a CDU está na oposição na Câmara de Odivelas e em 5 freguesias do concelho e em duas, uma na freguesia da Ramada, com maioria absoluta e a outra, em Caneças, em maioria simples, mas com um executivo todo ele CDU.

Também é bom lembrar que temos 4 vereadores no Executivo da Câmara, estão sem pelouros mas a exercer eficazmente funções de acordo com o Estatuto de Oposição previsto na Lei. É evidente que o nosso trabalho é muito difícil de divulgar, por um lado porque o trabalho institucional dos que têm pelouros é muito mais visível, por outro, porque o PS conseguiu instrumentalizar quase por completo a comunicação social e apropriar-se de todos os meios de informação municipal, dela excluindo tudo o que à CDU diz respeito.

Mesmo assim, temos chegado com as nossas posições à população, com mais relevo aos proprietários dos bairros de génese ilegal e aos novos munícipes a viver nas novas urbanizações.

Divulgamos directamente a nossa informação sobre os problemas que mais os afecta e as soluções por nós propostas.

Hoje há um conhecimento alargado da nossa actuação. É conhecida a forma positiva como a CDU intervém, nunca enveredando pelo levantamento de falsos problemas, nem praticando chicana política tão ao gosto dos nossos adversários. Nós defendemos as propostas que emanam do nosso projecto, do projecto CDU, com muita verdade, eficácia e firmeza.

A nossa posição é sempre clara: O que é correcto votamos favoravelmente, o que é incorrecto ou errado, votamos contra e denunciemos. Não há cedências.

Hoje toda a gente sabe que, nos primeiros 7 anos de existência do concelho, o PS, com o apoio do PSD gastou cerca de 100 milhões de contos e não fez obra que os justifiquem. Pior, toda a gente sabe que, no fim do 2º mandato, deixou facturas nas gavetas sem serem contabilizadas. As contas apresentadas e aprovadas eram falsas. Quais as consequências? Que saibamos, nenhuma. Nós fizemos propostas para auditorias externas às finanças, ao urbanismo e ao património. Foram derrotadas. Mas a população teve conhecimento delas. Nós divulgamos eficazmente a situação.

Hoje, também é opinião generalizada que há cimento a mais no concelho e que há grandes urbanizadores que prosperam construindo, construindo sempre, sempre mais, mesmo com esta crise financeira que impossibilita a compra e o pagamento de habitações. É mérito nosso a existência desta opinião pública. Nós temos batido forte neste tema.

O PS e o PSD, ao mesmo tempo que aprovam estas grandes e densas urbanizações, não garantem equipamentos sociais, nem áreas de estar e lazer para quem vem de novo para Odivelas. Isto é, casas a altos preços mas sem equipamentos públicos para fruirmos.

- Nós defendemos a aprovação de um novo PDM que garanta o planeamento e o desenvolvimento sustentado do concelho.

- Nós defendemos que os terrenos de cedência ao município sejam terrenos com aptidões múltiplas, onde se possam instalar equipamentos, amplas áreas verdes e Parque Urbano Municipal para fruição dos munícipes que escolherem o nosso concelho para viver. Não se pode continuar a aceitar os piores terrenos para o domínio público que por lei têm de ser entregues pelos urbanizadores. O PS aceita-os porque o primado do privado é-lhes querido. É uma opção, é característica da gestão PS, tanto no governo como no Poder Local.

Nós também discordamos que em vez de serem entregues terrenos para o domínio público em seu lugar, sejam recebidas verbas que facilmente se gastam, ficando o município sem património territorial no concelho. Esta tem sido a política do PS que nós contestamos. A câmara de Odivelas recebeu terrenos valiosos de Loures, quando foi criado o concelho. Hoje assistimos a entregas desses terrenos a privados em processos, alguns deles, de utilidade duvidosa.

A carga tributária e custo de vida são pesados no concelho. O IMI e a Taxa de Passagem são muito elevados, sufocam os munícipes que já têm casa difícil de pagar, transportes caros por falta de transportes públicos, orçamento debilitado por pesadas despesas que têm com os infantários dos filhos. Vê-se nitidamente que muitas famílias estão no limite. As casas em 2ª mão que estão à venda são mais que muitas. É um sinal evidente de grandes dificuldades de muitas famílias. Nós votamos sempre contra a aprovação destas taxas tão elevadas.

Empresas público – privadas

Agora o PS optou por participar em empresas deste tipo. Já foi decidido na câmara, com os nossos votos contra, a criação de uma empresa com 49% de capital municipal e 51% de capital privado, com o fim de construir a escola dos Apréstimos e um pavilhão em Odivelas.

A escola dos Apréstimos, que custaria cerca de 2 milhões de euros, custará certamente mais do dobro e depois a câmara ficará com o compromisso de pagar uma renda a esta empresa durante 25 anos, onde inclui o custo do dinheiro pedido ao banco, o custo de uma administração e o custo do lucro que a empresa privada quer retirar deste investimento. O mesmo pretende o PS fazer com o Pavilhão. Não esquecer que nesta operação, são entregues bons terrenos municipais sendo avaliados por baixo valor.

O PS pretende criar para Famões, idêntica empresa para desenvolver um projecto que lhe dão o nome de Pólo Tecnológico. Os privados batem palmas. Estas engenharias financeiras são para bem do povo ou dos capitalistas? É evidente que são para bem dos capitalistas. Algum de nós acredita que os capitalistas, os privados, aderem a estes processos para serem mecenas, ou antes para retirarem significativos lucros! É evidente que é para terem lucros.

Em relação aos Centros de Saúde que Susana Amador diz que são os promotores que os vão construir. Estes processos vão na mesma linha. Primeiro, ninguém conhece que tipologias vão ter estes centros de saúde, por isso não se sabe que valorizações terão. O que conhecemos é o elevado valor que têm os terrenos que a Câmara lhes entrega em troca. Um deles até já tem projecto urbanístico aprovado – nas Granjas Novas – É tudo assim, para o PS, com os privados é que o nosso concelho e o nosso país avançam. Vão longe! Vê-se como está a nossa economia!

Na Educação, a câmara tem realizado iniciativas, muitas delas são somente **“muita parra e pouca uva”**. Por exemplo, o fornecimento gratuito dos livros foi um fiasco. A alimentação e as AEC's, embora pagas pelo Poder Central, têm lacunas graves. As AEC e nem sequer dão acesso a todos os alunos.

Na Acção Social, a mesma coisa. Há muita promessa mas depois há muita insatisfação por não serem cumpridas.

Na Área da Cultura, optaram por concentrar elevadas verbas na gestão da Malaposta, deixando mirrar as Sociedades, Clubes, Colectividades, enfim, um verdadeiro ataque ao Associativismo no concelho.

Gestão dos Recursos Humanos do Município

Foi proibido realizar trabalho extraordinário, mas quando ele é efectuado, a maior parte das vezes não é pago. Neste município, o **“Código do Trabalho”** entrou em vigor antes de ser publicado.

Há motoristas que foram para a reforma antecipadamente para continuarem a trabalhar a fim de poderem ganhar mais qualquer coisa. Para poderem viver ou sobreviver tiveram de fazê-lo.

Há serviços municipais que foram entregues a privados com o argumento de que quem estava nos quadros da câmara não os queria executar. Por exemplo: Foi dito que uma empresa do exterior recolheu mais viaturas abandonadas num mês do que o reboque da câmara em 3 meses. Em resposta a esta afirmação foi-me dito por um motorista: **“Pois claro, o reboque da câmara, a maior parte do tempo, não tem motorista. Eles vão para a reforma, para outras áreas da câmara trabalhar e os que são amigos vão para as secretárias”**. Bom, depois podem dizer que o trabalho feito fora faz-se mais rápido, o que não dizem é quanto custa.

Foi-me também garantido que numa equipa de cerca de 30 trabalhadores, criada para trabalhos directos, foram retirados e hoje poucos mais há que meia dúzia deles. Mais, dizem que quem gere a câmara nem quer ouvir falar em realizações de obras directas. O melhor é entregar a empresas do exterior todos os trabalhos.

Na câmara há bons técnicos, mas são muitos os trabalhos feitos no exterior. Esta situação não se entende. Nós sempre defendemos a valorização dos técnicos da câmara. Eles são capazes de elaborar bons projectos. Temos a certeza disso.

Para nós, todo este comportamento se insere na política do PS de tudo privatizar e os nossos impostos gerarem lucro aos capitalistas.

Gestão financeira

Financeiros

Dívida bancária em 22.09.2006 _____ 52. 476.375,92

Dívida bancária em 31.08.2008 _____ 49. 187.265,36

Diminuiu _____ - 3. 289.110,56

Divida a fornecedores em 22.09.2006 _____ 7. 629.417,49

Divida a fornecedores em 31.08.2008 _____ 10. 690.648,15

Aumentou _____ + 3. 061.230,66

Em termos de dívida efectiva, não teve a melhoria que a presidente Susana Amador apregoa repetidamente e todos os dias. Fez no entanto algum esforço para pagar as dívidas a fornecedores, as mais significativas, dos anos de 2001/2002/2003/2004/2005, mas por outro lado teve de contrair outras nos anos seguintes.

A Presidente da Câmara tem um discurso demagógico, intensamente repetitivo, convence os pouco informados e os idosos. O PS tem uma grande clientela que gravita em volta do poder. Enfim, a nossa tarefa não é fácil, aliás como nunca o foi, mas vai ser possível vencermos. Estivemos bem perto da vitória nas últimas eleições. Desta vez temos muito melhores condições e a convicção muito mais forte de que somos capazes de vencer. A conquista da Câmara está ali à mão. O descontentamento com esta gestão PS/PSD está instalado no espírito de muita gente e o contentamento do nosso trabalho é muito grande.

O PS tem actualmente uma grande máquina de propaganda. Tem grande influência na imprensa nacional e no concelho controla quase toda a informação.

São meios importantes que temos de enfrentar. Não temos medo deles.

Vamos todos à luta camaradas e amigos!

Em conjunto somos muito fortes.

Vamos ao trabalho!

Viva a CDU



Adventino Amaro

Eleito pela CDU na Assembleia Municipal de Odivelas

Membro do Secretariado da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP

Protocolo de Delegação de Competências

Estamos num Concelho onde a Câmara delega competências nas Juntas de Freguesia. É uma prática acertada que vem dos tempos anteriores à criação do concelho de Odivelas. O então concelho de Loures, gerido pela CDU, pioneiro nesta questão, por considerar que havia ganhos efectivos na prestação de serviço às populações – a proximidade das Juntas e a consequente rapidez de resposta, aliada a uma melhor gestão dos meios financeiros.

Actualmente, e da parte da gestão PS/PSD da Câmara de Odivelas assiste-se a vários recuos, através da avocação de competências, que em conjunto com retirada de verbas asfixia financeiramente as Juntas de Freguesia, para assim melhor tentar manipular. Ou seja, as competências delegadas são utilizadas como arma de arremesso.

E o argumento é o de sempre. *“A Administração Pública, neste caso local, tem de emagrecer”*.

Nada mais falso e enganador, porquanto as Juntas são os parceiros mais baratos que a Câmara encontra para realizar trabalho autárquico.

As Juntas em nada têm construído para o caos financeiro e o despesismo desenfreado do PS na Câmara de Odivelas.

Pelo contrário, às Juntas têm sido impostos graves corte de verbas que têm afectado a sua acção, verbas essas utilizadas para minorar o défice da Câmara.

É justo referir que as Juntas de Freguesia foram decisivas na instalação do Concelho de Odivelas, pois a Câmara não tinha quaisquer meios e teve de recorrer às Juntas de Freguesia.

A CDU defende o aprofundamento e aperfeiçoamento da delegação de competências, através de protocolos justos e rigorosos. Só assim a prestação de serviços à população pode evoluir favoravelmente.

Continua a não fazer sentido, por exemplo, que a Câmara não pague a ADSE dos familiares dos trabalhadores ao serviço da delegação de competências, ficando as juntas com a sobrecarga desta obrigação.

É nosso entendimento que as juntas realizam o que a Câmara não consegue executar e enfrentam muitas dificuldades.

Acresce que as juntas não geram receitas, não recebem o IMI, por exemplo. Daí que para a CDU, esta omissão da Câmara não faz qualquer sentido e penaliza as juntas de freguesia.

Para este Executivo, há funcionários directa e directamente relacionados com o protocolo de delegação de competências.

Não concordamos com esta distinção porque para nós, todos os funcionários das juntas estão afectos ao protocolo de delegação de competências, sejam eles administrativos, cantoneiros, jardineiros, ou outros.

A situação actual é inaceitável. Há que corrigi-la. **Tal só se consegue com a vitória da CDU nas eleições autárquicas de 2009.**



Maria da Luz Nogueira

Vereadora da CDU na Câmara Municipal de Odivelas

Membro da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP

Concelho de Odivelas – Que política social?

Quem andar distraído e se limitar a ouvir os discursos da presidente da Câmara tende a criar uma realidade imaginária assente nas afirmações tantas vezes repetidas de que Odivelas é um concelho harmonioso, sem assimetrias sociais, onde as oportunidades estão aí, para todos!

Mas quem estiver atento ao que se passa à sua volta e se recusar a pintar a realidade de cor-de-rosa, olhando-a com outros olhos, sabe que este concelho está longe daquele cenário imaginário.

Nesta intervenção pretende-se reflectir sobre as políticas sociais. Contudo, sendo um tema demasiado lato e abrangente, centremo-nos em alguns aspectos que mais afectam a vida da população.

Começamos pela **política de apoio à infância**, onde é sobejamente conhecida a carência de equipamentos sociais, o que conseqüentemente se traduz na falta de respostas no apoio às famílias não obstante as tão propagandeadas políticas de conciliação da vida profissional e familiar que todos os dias nos querem fazer crer que existem.

É a segurança social que afirma os lugares de creche existentes na rede pública e nas IPSS respondem a pouco mais de 400 crianças, num universo de 4.049.

É o Instituto Nacional de Estatística que diz que neste concelho o número de crianças que frequentam o pré-escolar, aquelas que têm entre 3 e 5 anos, totaliza 2.216 (incluindo o sistema privado), num universo de 4.530 crianças.

É ainda a nossa intervenção no terreno, numa estreita ligação com as instituições que intervêm nesta área, que nos permite conhecer a realidade, as dificuldades e constrangimentos que se colocam na sua actividade, as listas de espera a que não têm capacidade de responder.

Estes dados espelham bem o quanto a infância está desprotegida. Não é demais lembrar as obrigações do Estado estabelecidas na Constituição da República Portuguesa, ao estipular que *“incumbe ao Estado promover a criação e garantir o acesso a uma rede de creches e outros equipamentos sociais de apoio à família...”*.

Se para alguns a letra da Constituição serve para mera retórica, para nós ela constitui uma orientação clara do país que se quer construir e como tal tem que ter uma tradução prática nas opções políticas. Lamentavelmente assim não tem sido e cada vez mais se faz *tábua rasa* da Lei fundamental.

Esta situação tem responsáveis. Em primeiro lugar os governos, que ao longo dos anos não desenvolveram uma política voltada responder a estas necessidades. E se é verdade que as responsabilidades têm que ser assacadas ao bloco central que entre si têm alternado no poder, é particularmente ao Partido Socialista que cabe essa responsabilidade, pois só nos últimos treze anos, dez foram governos do PS!

Em segundo lugar as autarquias, naquilo que é a sua esfera de competências nas quais se incluem, desde 1999, a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar. Mas também realizar investimentos na construção ou no apoio à construção de creches e jardins-de-infância.

Não escamoteamos o facto de regra geral a transferência de competências não ser acompanhada da transferência das verbas necessárias. Mas, mais uma vez o PS é o principal responsável por essa situação.

A Câmara de Odivelas, que o PS gere há quase dez anos, não só não tem construído as escolas necessárias para o pré-escolar, como, no actual mandato, por despacho da presidente suspenderam os apoios às IPSS durante 3 anos. Recentemente, alteraram o programa que define esses apoios, tornando-o mais restritivo.

Para denunciar esta situação a CDU lançou uma campanha que está nas ruas do concelho e que sido alvo de críticas e comentários como se se tratasse de invenções nossas. Quem não garante o apoio à infância não trata bem as crianças! O PS coloca-se no papel de vítima quando foram as suas políticas que conduziram a esta situação.

Dizem-se injustiçados porque estão a investir na construção de novas escolas e já construíram a de Famões. É verdade, construíram. Mas para quem tem a gestão da Câmara Municipal há

quase dez anos, terão que admitir que é muito pouco. É que, ao contrário do que o PS procura fazer crer as suas responsabilidades na gestão deste município não começam em 2005.

Falam dos projectos aprovados para o Concelho no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES). Esses projectos, a serem concretizados como obviamente desejamos, permitirão criar cerca de 200 lugares para creche, o que é manifestamente pouco para as carências existentes.

A sua concretização implica o endividamento das instituições uma vez que estas têm que assumir uma parte do investimento. Estamos a falar de IPSS que pela sua natureza não têm fins lucrativos, que substituem o Estado na sua função social mas e a quem este exige uma participação considerável na construção das instalações.

Passando para o outro extremo do ciclo da vida, **os idosos**, o cenário não é mais animador. O aumento da esperança de vida faz com que a população idosa seja cada vez mais numerosa. É uma consequência óbvia para a qual é necessário criar estruturas de apoio. A população do nosso concelho com 65 anos e mais totaliza de 22.000, sendo que 8.000 têm 75 anos e mais.

E que respostas existem? Pois bem, de acordo com o inquérito que efectuámos a todas as instituições que intervêm nesta área, em Centros de Dia não chegam a 400 vagas, o apoio domiciliário é assegurado a 440 pessoas e a valência Lar tem capacidade para 270 idosos. É pouco, manifestamente pouco e é prestado na sua quase totalidade pelas IPSS. O concelho conta apenas com uma instituição pública.

Entretanto, há instalações que neste momento não estão a ser utilizadas por manifesta incapacidade e descoordenação das instituições responsáveis: a Câmara Municipal de Odivelas e a Segurança Social. Falamos do Centro de Dia do Olival Basto e do Centro de Dia do Bairro de St.º Eloy, ambos intervencionados com dinheiros públicos.

No caso do Olival, foram feitas obras e foi dotado com condições para prestar os apoios que a população necessita. No entanto, após a inauguração há alguns anos apenas funciona como espaço de convívio. O Centro de Dia de St.º Eloy, construído de raiz e inaugurado há quase ano e meio, tendo a gestão foi atribuída à Cruz Vermelha Portuguesa, embora estivesse destinado à Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro de Santo Eloy (não vamos aqui tecer considerações ao processo...). Como é que um concelho com tantas carências se dá ao luxo de ter equipamentos desactivados? Como é que se explica que as instituições responsáveis não intervenham para ultrapassar os impasses que existem e coloquem esses serviços ao dispor da população?

Falar de apoio aos idosos é obrigatório falar também do serviço de Cuidados Continuados, que a política de saúde deste governo está paulatinamente a destruir embora, também neste caso, afirme o contrário. Um serviço que foi pioneiro no país, que até há pouco tempo assegurava apoio durante 24 horas nos sete dias da semana, está hoje limitado a 12 horas por dia e, tanto quanto sabemos, não funciona ao Domingo. Não tem um médico a tempo permanente, comprometendo assim o apoio a doentes dependentes, o que representa um grande encargo para as famílias que ficam entregues a si próprias sem o suporte tão necessário nestas situações.

Se é verdade que este concelho tem carências, ele tem também **grandes potencialidades** que precisam ser incentivadas e dinamizadas por quem tem a responsabilidade de gerir este território.

Nos contactos que temos feito com as instituições que estão no terreno constatamos que há vontades e projectos que de forma isolada e sem os apoios necessários não conseguem concretizar.

Há precisamente uma semana os vereadores da CDU realizaram, neste espaço, num encontro com as IPSS do Concelho no qual participaram 15 Instituições que intervêm essencialmente na área da infância e da população idosa, sendo que algumas desenvolvem outros projectos, como sejam a prestação de apoio a famílias carenciadas através do Banco Alimentar Contra a Fome, a dinamização de actividades de ocupação de jovens, numa perspectiva de prevenção da exclusão social.

Deste encontro julgamos ser importante sublinhar: que os participantes foram unânimes em considerar o encontro de grande importância, salientando que pela primeira vez se juntaram e partilharam experiências e abordaram em conjunto os problemas sociais do Concelho; que o funcionamento da Rede Social mereceu sérias críticas; a falta de apoio por parte da Câmara Municipal de Odivelas, que durante três anos se limitou aos transportes, mesmo assim de forma reduzida que não permitiu a realização de algumas actividades, de que são exemplo as colónias de férias com crianças e os passeios com idosos.

Gostaríamos de sublinhado o empenhamento e dedicação de todos aqueles que de forma voluntária assumem elevadas responsabilidades na gestão das Instituições, utilizando para isso o seu tempo “livre” que retiram à família, aos amigos e a si próprios, a quem o Estado exige muito.

Nunca é demais lembrar que no concelho de Odivelas, onde os equipamentos públicos de apoios à infância e às pessoas idosas são residuais, as IPSS assumem uma função social de elevado mérito. No seu conjunto, acolhem cerca de 3.000 pessoas (nas diversas valências) e dão emprego a cerca de 500 trabalhadores, a que acresce o trabalho de largas dezenas de voluntários.

Trata-se de um património social que o poder político tem obrigação de apoiar, não numa óptica de caridade ou dádiva mas como dever para com aqueles a quem o Estado não garante a protecção a que está obrigado.

Nós, CDU, seguramente que o faríamos tal como fizemos no tempo da Câmara de Loures, quando muitas destas instituições foram criadas.



Rute Querido

Juventude CDU

Direcção Local da JCP

Membro da Comissão de Freguesia de Odivelas do PCP

O PS chumba nas políticas de Juventude!

Sem intervenção escrita



Célia Matos

Comissão Coordenadora Concelhia CDU - Odivelas

CDU - Póvoa de Santo Adrião

Sem intervenção escrita



Rui Francisco

Vereador da CDU na Câmara Municipal de Odivelas

Membro do Executivo da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP

O Movimento Associativo em Odivelas

Em Odivelas, como na generalidade dos concelhos do nosso País, a democratização da Cultura, a oferta da prática desportiva e criação de espaços colectivos de convívio e Recreio, têm a indelével marca do Movimento Associativo. O Associativismo Popular, também em Odivelas, constitui uma escola de cidadania e vivência democrática, de organização e participação na sociedade.

No nosso concelho, continuam a coexistir associações de várias índoles e dinâmicas diferentes. Desde as centenárias colectividades de Cultura, Desporto e Recreio até aos pequenos clubes de Bairro encontra-se de tudo um pouco no nosso território. Há ainda lugar para o associativismo juvenil seja ele partidário, unitário, de base local ou concelhia isto para além do movimento associativo estudantil. O primeiro erro de análise que recorrentemente cometemos é pois, confundir movimento associativo popular com colectividades. Do que aqui já referimos conclui-se que o primeiro conceito é muito mais abrangente que o segundo. Independentemente da forma que se caracterizam as associações existe nelas um denominador comum:

A sua importância para o Concelho e para a vida qualidade de vida das populações.

Não obstante existirem traços comuns, a tentativa de representar numa ou outra ideia o Movimento associativo de Odivelas será uma tarefa impossível, dada a riqueza, complexidade e as características multidisciplinares das nossas associações.

Naturalmente, cada dinâmica, cada fenómeno chama a si a necessidade de serem analisados individualmente sendo que os problemas que afectam o Movimento Associativo não se esgotam numa única e simples resposta. A “realidades” diversas terão que corresponder respostas e enquadramentos diferentes. Existem movimentos contrários, avanços e recuos da

dinâmica associativa e toda uma morfologia da classe de dirigentes associativos que se altera de freguesia para freguesia.

Em muitos casos, são mesmo as características socio-económicas das populações que proporcionam tamanha diversidade. No entanto, podemos concluir que quanto maior é a diversidade das suas actividades melhor é a qualidade do serviço público que prestam, tornando-se assim mais fácil resistir aos fenómenos conjunturais. Verifica-se que nos casos em que as associações estão mais enraizadas na comunidade local não se registam grandes oscilações quer no seu corpo de dirigentes quer na sua própria dinâmica associativa.

De facto, desde o incremento do Movimento Associativo, assistimos a fenómenos de rápido surgimento de associações, mas infelizmente e em muitos casos, tão rápido como o seu próprio fim.

Como os tempos comprovam, é na ligação ao meio onde se inserem e na capacidade de se modernizar dando as respostas adequadas aos anseios das populações que as associações de Cultura Recreio e Desporto ganham a sua autonomia, dinamismo e estabilidade.

Em Odivelas o PS também trata mal os Dirigentes Associativos

Não obstante as palavras de circunstância de elogio aos dirigentes associativos do nosso concelho, os dirigentes políticos do PS em Odivelas nada fazem na prática para incentivar o dirigismo associativo. O desrespeito é tal que o PS, na Câmara Municipal, continua a convocar os dirigentes associativos para reuniões na hora de expediente, esquecendo-se que, os homens e mulheres que voluntariamente ocupam cargos nas associações, são também trabalhadores.

Quem não se lembra da proposta de criação de um gabinete de apoio ao movimento associativo apresentada pela CDU e tão prontamente rejeitada pelo PS e pelo PSD?

Quem não se lembra que foi o PS que suspendeu os programas de apoio ao movimento associativo durante mais de metade de um mandato?

Quem não se lembra da revisão desses mesmos programas, pensada e levada à prática nos gabinetes do PS sem respeito pela opinião dos dirigentes associativos?

Quem não se lembra que, só após a denúncia da CDU, é que o PS tomou consciência de que existiam duas colectividades centenárias no concelho cujas instalações necessitavam de obras urgentes?

O PS sabe que um Movimento Associativo forte, dinâmico e organizado incomoda. Incomoda porque ganha capacidade reivindicativa e é de facto portador das preocupações da população. O PS sente-se incomodado e desgastado pelo Movimento Associativo. O PS sabe também que esse Movimento Associativo no Concelho existe e conta com o apoio da CDU, força política que tem estado sempre ao lado dos Dirigentes Associativos que justamente reclamam o apoio e o respeito.

Não se iludam: Não é com discursos demagógicos e elogios fáceis que calarão a voz do Movimento associativo em Odivelas. Os dirigentes associativos não procuram a valorização ou benefício pessoal. Apoiar os Dirigentes associativos é mais do que tudo reconhecer o seu insubstituível papel social no nosso concelho. E isto só se faz apoiando as suas actividades, dar-lhes espaço para crescer na prossecução dos seus fins: servir o Concelho servindo a população.

O papel dos activistas e eleitos da CDU

Os activistas e eleitos da CDU sempre se revelaram disponíveis e interessados na dinâmica associativa. Entre estes, revela-se também, um enorme sentido de responsabilidade nos cargos que ocupam ao serviço da causa pública e à satisfação dos interesses das populações que servem. Destacam-se pelo rigor, pela capacidade e pelo altruísmo, servindo sempre o Movimento Associativo e nunca se servindo deste e é por isso que afirmamos que o aumento da participação de activistas e eleitos da CDU no Movimento associativo estará sempre relacionado com o fortalecimento do associativismo popular no concelho de Odivelas.

Os processos eleitorais e a constituição das listas devem pois merecer um olhar vigilante dos activistas da CDU assim como o acompanhamento aos nossos eleitos nas associações. Sem paternalismos, sem complexos mas com grande sentido de responsabilidade.

Contudo... o reconhecimento de tamanha capacidade é também o reconhecimento de grande responsabilidade. Enquanto que no plano prático e individual o seu contributo é inquestionável, já no plano do trabalho colectivo é exigido aos eleitos e activistas da CDU uma abordagem diferente. Urge que olhemos este fenómeno como um fenómeno mais global. Urge reflectir sobre o que a CDU pode e deve fazer quer no plano institucional, quer no plano da luta de massas. Que propostas faremos e que lutas encetaremos. Neste quadro, é fundamental que a CDU crie e estimule espaços de reflexão colectiva, chamando para essa discussão os dirigentes associativos do concelho. Estes espaços de reflexão deverão ter como pano de fundo os problemas e constrangimentos comuns a todas as associações procurando a partir daí, apresentar propostas. Este contributo é fundamental para que a CDU, no plano institucional e político enriqueça o seu trabalho. Paralelamente, estes momentos constituirão um espaço alargado de troca de experiências no seio do dirigismo associativo. É fundamental que a intervenção da CDU nesta área corresponda cada vez mais ao “sentir” do movimento associativo, não se podendo perder a ligação à freguesia, ao bairro ou à escola.

Outro vector que consideramos fundamental na nossa intervenção são as visitas às Associações: Por isso é importante que localmente se preparem agendas do movimento associativo ao nível dos eleitos e activistas da CDU. Estas visitas aportam para a CDU um conhecimento sobre a realidade concreta de cada associação que nunca advirá de outra forma. Os eleitos da CDU devem em cada ano do seu mandato programar reuniões informais e visitas às associações.

Com a mesma convicção que rejeitamos a ideia de estarmos a atravessar uma crise no associativismo, rejeitamos as respostas e as políticas que PS tem apresentado para os problemas do Movimento Associativo no nosso concelho. Estamos seguros que só uma viragem na composição do executivo da Câmara poderá alterar o curso desta situação. Só a CDU está em condições de garantir o apoio ao movimento associativo devolvendo a confiança aos seus dirigentes.



Carlos Pinto

Membro do Executivo da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP

Membro da Assembleia de Freguesia da Pontinha, eleito pela CDU

Sem intervenção escrita



Madalena Garcia

Vereadora da CDU na Câmara Municipal de Odivelas

EDUCAÇÃO

A Constituição da República Portuguesa consagra a educação como um direito de carácter universal gratuito e de qualidade, assente na igualdade de oportunidades, no acesso frequência e sucesso escolar. É um dos pilares principais do desenvolvimento económico. Estruturante da própria democracia a educação é o garante da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

As políticas de direita do Governo PS/Sócrates na área da educação, têm-se vindo a revelar como o maior ataque à Escola Pública e ao seu modelo de Gestão Democrática.

São um conjunto de medidas que subalternizam critérios pedagógicos em prol de critérios economicistas e elitistas, que destroem os direitos dos professores e dos trabalhadores não docentes, pondo em causa a autonomia da escola.

Assistimos ao longo destes três últimos anos a uma política de reestruturação do nosso sistema de ensino que se traduziu em:

1 – O encerramento de mais de 2500 escolas do 1º ciclo do ensino básico, com a promessa de uma escola melhor. Muitas vezes sem ouvir as autarquias que são os primeiros responsáveis por este nível de ensino.

2 – O Governo “forçou” a implementação das AEC (actividades de enriquecimento curricular), não acautelando o parque escolar e os recursos materiais e humanos necessários. Retira do currículo disciplinas fundamentais que deixam de ser obrigatórias.

3 – O novo regime jurídico de autonomia e gestão das escolas que ressuscita a figura do Director acabando com uma das conquistas de Abril - a Gestão Democrática.

4 – Transferência de competências ao nível do 2º e 3º ciclo para as Autarquias, em áreas tão importantes como Parque Escolar, Acção Social e Pessoal Auxiliar da Acção Educativa.

Com a transferência para as Autarquias de áreas tão importantes, estamos a abrir a porta à Municipalização do ensino, e, através dela, à privatização de parte da nossa Escola Democrática

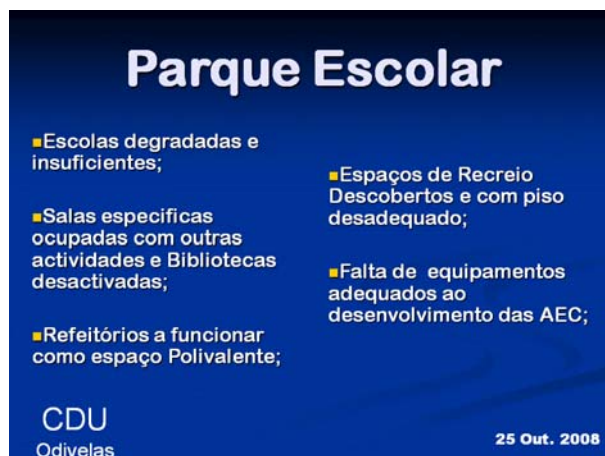
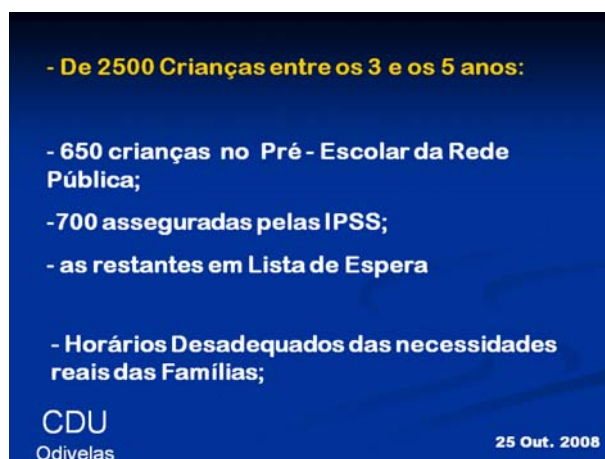
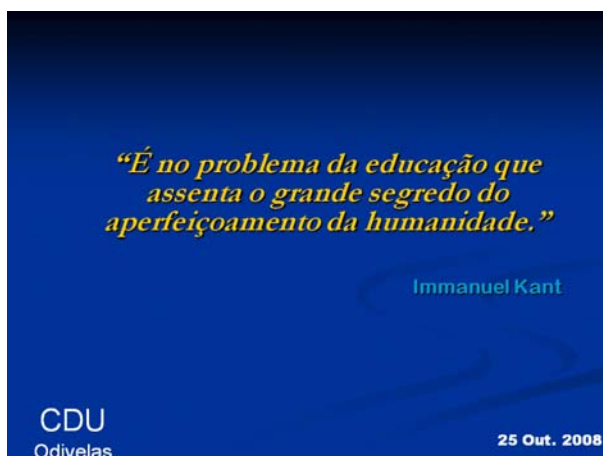
Aliás, privatização é o que já está a acontecer.

A contratação de professores para as AEC através de empresas privadas criadas para este fim é a privatização da educação. Assim como o caminho que é proposto, quando lemos as recomendações que constam na avaliação geral do Projecto EPIS implantado no ano lectivo anterior.

Estas medidas levam-nos a afirmar que há uma desresponsabilização do Estado Central na área da Educação.

Esta política educativa reflecte-se também no nosso Concelho.

A Presidente da Câmara desta Autarquia assinou há dias o protocolo de transferência de responsabilidades do 2º e 3º ciclo. Foram cerca de 91 Autarquias que assinaram este protocolo das 308 que existem. Este Município que não cuidou ou cuidou mal das escolas do 1º ciclo das quais era responsável, aceitou mais responsabilidades numa área em que falhou, como podemos verificar através destes dados que passamos a apresentar:



Parque Escolar

Em 3 anos construiu-se apenas 1 equipamento novo (E.B.1/JI de Famões)

Em 31 equipamentos realizaram-se obras de requalificação efectiva em apenas 3

Construção de novos equipamentos com recurso ao privado

CDU
Odivelas

25 Out. 2008

Recursos Humanos

Auxiliares de Acção Educativa em Número Insuficiente

Professores das AEC com Vinculo Precário

CDU
Odivelas

25 Out. 2008

2º E 3º CICLO ENSINO BÁSICO

CDU
Odivelas

25 Out. 2008

DECRETO-LEI 144/2008

Transferência de novas competências para a Câmara Municipal de Odivelas a partir de Janeiro de 2009

- Gestão do Parque Escolar;
- Acção Social
- Pessoal Não Docente

CDU
Odivelas

25 Out. 2008

Parque Escolar

■ Edifícios escolares degradados e a necessitar de obras de manutenção urgentes - Ex: Escola E.B.2,3 Avelas Brotero; Escola E.B. 2,3 Isabel de Portugal;

■ Parque escolar Insuficiente para o número de crianças existentes, Escolas Sobrelotadas;

■ Desadequação dos Equipamentos e Infra - estruturas para a prática desportiva e a educação Visual e Tecnológica;

CDU
Odivelas

25 Out. 2008

Recursos Humanos

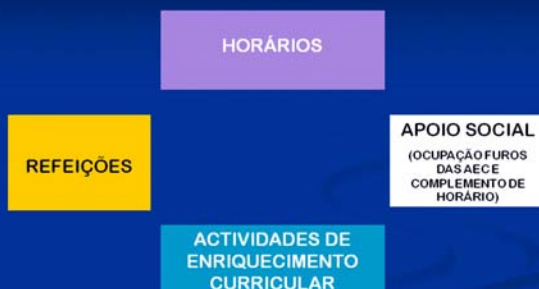
Auxiliares de Acção Educativa em Número Insuficiente;

Professores em permanente Rotatividade;

CDU
Odivelas

25 Out. 2008

Funcionamento



CDU
Odivelas

25 Out. 2008

HÁ UM RUMO ALTERNATIVO PARA A EDUCAÇÃO:

O REFORÇO DA ESCOLA PÚBLICA PARA TODOS AO SERVIÇO DOS PORTUGUESES E DO PAÍS ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS, NAS MÃOS DOS PAIS, DOS PROFESSORES, DO PESSOAL NÃO DOCENTE E DOS ESTUDANTES QUE ULTIMAMENTE TÊM MOSTRADO O REPÚDIO POR ESTA POLÍTICA DO GOVERNO PS.



António Monteiro

Membro do Executivo da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP

Odivelas, um Concelho sem Estratégia!

O Município de Odivelas tem estabelecido sempre como objectivo estratégico primordial “a dinamização da economia local e a promoção da empregabilidade da população do Concelho e do empreendedorismo”. O problema que se coloca é que tal objectivo estratégico não se alcança, passe a similitude com um jogo de palavras, sem estratégia.

Sem a assumpção de um planeamento de base sólida, de um outro Plano Estratégico de Desenvolvimento que se situe nos antípodas do actual arazoado de lugares-comuns e da ausência de estratégia coerente que caracteriza o Plano em curso, e sem a implementação por parte da autarquia das necessárias medidas adequadas e com uma visão de futuro no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, jamais se conseguirá colocar o Concelho onde ele merece estar: numa posição privilegiada ao nível da captação de novos investimentos em diversas áreas com potencial reconhecido, gerando novas empresas e postos de trabalho e mais desenvolvimento económico.

Não obstante a falta de atribuições e competências directas por parte do Poder Local, a verdade é que as políticas municipais, a uma escala própria e dependendo, entre outros factores, dos ciclos económicos e da capacidade para captar financiamentos, continuam a ter uma influência determinante no ritmo de geração de riqueza e de emprego, nomeadamente, através da dinamização das áreas de intervenção que lhe estão legalmente atribuídas.

Mas, em Odivelas, nestes últimos 10 anos, a acção e a influência que a autarquia podia ter exercido sobre estas matérias, foi de tal forma ténue ou negligente que futuramente, só se conseguirá contribuir para contrariar as tendências e os desequilíbrios de desenvolvimento que se instalaram no concelho, se se vier a adoptar uma espécie de «terapia de choque», um conjunto de «medidas locais urgentes», que contemplem novas perspectivas de acção (uma acção decisiva, coordenada e coerente), novas prioridades e objectivos estratégicos ambiciosos.

O quadro concelhio que se nos afigura e a realidade humana que lhe é subjacente não pode pressupor menos do que isso.

Temos no Concelho, de acordo com os dados recentes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), cerca de 4400 desempregados ditos oficiais, aos quais devem acrescer, conforme sabemos, todos os outros desempregados não incluídos nestes números oficiais, e que somados a estes constituem o desemprego real.

Entre 2004 e 2007, também a partir da análise das estatísticas oficiais de desemprego, nos concelhos de Loures, Odivelas e Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLTV), tivemos um claro decréscimo ao nível das ofertas de emprego (-1,5%) e das colocações de trabalhadores (-5,8%)

no Concelho de Odivelas, em claro contra-ciclo com o Concelho de Loures (+45,3% e + 9,3% respectivamente) e com a RLVT (35,3% e 15,6% respectivamente).

Temos inúmeras Pequenas e Médias Empresas a soçobrar, para além de todas aquelas que nos últimos anos não resistiram e já encerraram as suas “portas” ou que aproveitaram a favorável conjectura de impunidade para deslocalizarem a sua produção.

Temos centenas de pequenos comerciantes em situação de ruína e o comércio tradicional confrontado de forma generalizada e profundamente inquietante com a concorrência desleal e crescimento vertiginoso da grande distribuição e das grandes superfícies.

Temos espaços comerciais pouco atractivos.

Temos um deficit de novos espaços qualificados.

Temos espaços e instalações empresariais pouco qualificados.

Temos um difícil “convívio” entre actividades económicas, espaços residenciais e questões ambientais.

Temos o eixo da A-8 “estrangulado”.

Temos milhares e milhares de trabalhadores precários, mal remunerados e sem segurança de emprego.

Quem verdadeiramente almeja um desenvolvimento económico concelhio, expressivo e sustentado, acima da média da Área Metropolitana de Lisboa, potenciador de emprego estável, com direitos e justa remuneração, com uma dimensão social e ambiental, não pode, tal como aconteceu com a Gestão Municipal protagonizada pelo PS e PSD, descurar ou deixar de advogar as propostas, acções, prioridades e apostas estratégicas que passamos a enunciar:

Defendemos o reforço local do investimento público em infra-estruturas de toda a natureza e no espaço público. A programação das obras, em diálogo estreito com as associações de comerciantes, a fim de minimizar os efeitos no comércio. A transformação de Odivelas num Concelho com melhores acessibilidades e mais competitivo, melhorando e modernizando equipamentos. O aumento do número de projectos submetidos e aprovados quer a Programas de Apoio Nacionais quer a Programas Comunitários.

Propomos o reforço significativo da protecção, reabilitação profissional e reinserção dos desempregados e da qualificação e inserção dos jovens à procura do primeiro emprego no Concelho. A reclamação da abertura premente de um Centro de Emprego em Odivelas.

Consideramos indispensável que se fomente o aparecimento de novas actividades económicas que acrescentem valor e criem postos de trabalho. A criação de incentivos à fixação de novas empresas no Concelho.

Importa acelerar o processo de legalização das actividades económicas nas AUGI a par da qualificação habitacional.

Propomos a criação de um Gabinete de Apoio à Revitalização, Modernização e Qualificação do Comércio Tradicional/Local e seus espaços envolventes. A qualificação do Sector da Restauração. A valorização e apoio da Actividade Artesanal.

Propomos a requalificação, reorganização e construção (na Pontinha e em Odivelas) dos Mercados Municipais, com uma participação activa dos comerciantes em todas as fases destes processos.

É importante considerar um reinvestimento e a melhoria da operacionalidade da unidade orgânica que na autarquia assume a responsabilidade de prestação de apoio ao

Desenvolvimento Económico, passando a mesma até eventualmente a ter um outro papel em termos de contribuição ao nível da qualificação do sector terciário.

Defendemos o fortalecimento da plataforma concelhia de comunicação e discussão participada sobre as Actividades Económicas. A intensificação das parcerias, o agilizar das interacções entre a Câmara e os agentes locais, o dinamizar e o fomentar do alargamento ou o aparecimento de redes e associações empresariais, de feiras e exposições. A colocação das designadas «Incubadoras de Empresas» ou das «Agências de Apoio a Empresas e ao Investimento no Concelho de Odivelas», ao serviço de todos, mas, em particular, ao serviço de quem verdadeiramente necessita delas (jovens, mulheres empresárias, população emigrante, municípios sem património que possa servir de garantia de investimento).

Parece-nos assumir uma grande relevância o favorecimento da sediação de empresas e a captação de investimento relacionado com a Indústria de Base Tecnológica, com a inovação ou criação de novos produtos, tal como o investimento relacionado com o sector das Energias Renováveis. O assegurar que o Pólo Tecnológico anunciado para Famões, tenha uma forte ligação ao Ensino Universitário e à Ciência de elevada qualidade e vanguarda, que garanta um potencial de investigação e inovação permanente, e que se estruture no sentido de vir a ter um plano local de expansão ambicioso.

Entendemos que o Município tem de garantir espaços e garantir que o Parque Empresarial previsto para o Concelho possa atrair com grande efectividade novas actividades produtivas.

Propomos ainda, para terminar, a implementação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento e Valorização do Turismo, que possibilite a obtenção a médio prazo de proveitosos resultados ao nível da valorização do território e com um bom nível de retorno para os agentes económicos locais. O contemplar neste Plano Municipal a promoção de novo impulso em termos de recuperação/reabilitação de toda a zona histórica de Odivelas e do relevante património existente no Concelho, uma outra exploração dos importantes elementos tradicionais ligados à própria génese de Odivelas e Caneças. A atracção de investimento para a criação unidades hoteleiras no Concelho (há muito que não se compreende a inexistência de um hotel no Concelho eventualmente nas proximidades de uma das estações do Metropolitano). O contemplar neste Plano a realização de eventos desportivos e culturais de grande qualidade e a abrangência de outros espaços e actividades ligados ao lazer. A valorização da enorme riqueza gastronómica concelhia e, em especial, da excelência histórica da sua doçaria conventual, etc.

Estamos conscientes que os tempos que se avizinham em matéria de emprego e desenvolvimento económico, não favorecem especialmente o encontro e a adopção de soluções locais transformadoras, de iniciativas de proximidade e o empreendedorismo ao nível local, não só pela evolução preocupante registada na última década no concelho, mas também por força da crise financeira internacional e, sobretudo, das políticas económicas de direita do Governo PS de José Sócrates e do seu vasto programa de contra-reformas anti-sociais.

O novo Código de Trabalho, que constitui um violento ataque aos direitos históricos dos trabalhadores, vai indubitavelmente ter consequências no aumento do desemprego e da precariedade no país e no Concelho.

Face à grandeza das adversidades, a CDU não se amedronta nem se resigna. Recusamos o fatalismo e as inevitabilidades. Resistimos e lutaremos determinadamente em prol de um melhor desenvolvimento para o nosso concelho, um Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

Apoiar a criação de emprego e melhorar a vida dos munícipes é para nós mais do que um imperativo político, é um imperativo político e ético permanente.



João Pulido

Membro do Executivo da Junta de Freguesia de Caneças, eleito pela CDU

Sem intervenção escrita



Jorge Figueiredo

Juventude CDU

Membro da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP

Membro da Assembleia Municipal de Odivelas, eleito pela CDU

O Desporto no Concelho de Odivelas

Por vezes confundimos o desenvolvimento desportivo com alguns resultados ou performances quer de equipas quer de atletas. Não nos podemos esquecer que não existe desenvolvimento desportivo sem aumento do número de praticantes e que só uma aposta clara no desporto de formação a par de um investimento nas instalações desportivas garantiram um verdadeiro, equilibrado e harmonioso desenvolvimento desportivo. O desporto é um elemento unificador das populações. Através da prática desportiva as assimetrias sociais esbatem-se e as diferenças culturais diluem-se. O desenvolvimento desportivo continuará inequivocamente a medir-se pelo número de praticantes.

Com fortes tradições na prática desportiva massificada, o concelho de Odivelas tem vindo a registar uma diminuição da actividade nesta área. Seja por via da evolução dos constrangimentos do movimento associativo, ainda e só o principal responsável pela oferta desportiva no concelho, seja pelo desinvestimento do Poder local nas associações e nos equipamentos, a realidade é que verificamos um abrandamento na actividade desportiva. Umhas e outras questões urgem escarpelizar e a CDU como força política responsável e com provas dadas na democratização do Desporto deve estar atenta a todos os fenómenos e, sobre os mesmos, apresentar propostas concretas para que a prática do desporto e da actividade física seja o mais alargada possível.

A constituição portuguesa garante o acesso ao desporto como um direito universal. Cumpre ao estado promover as melhores formas de garantir a concretização deste normativo constitucional. No quadro da organização do fenómeno desportivo no País, o movimento associativo assume um papel de destaque, organizando e criando condições para a actividade física. Ao contrário de uma certa corrente de pensamento que procura passar a imagem de uma crise do associativismo, o que só interessa a quem o quer desvalorizar, a CDU considera que, em Odivelas como no resto do País, o associativismo desportivo encontra-se pujante e dinâmico. O problema, na generalidade dos casos é que o Estado não lhe reconhece o papel que ele tem na sociedade. Ao invés, o Desporto é muita vez utilizado para manobras populistas sendo frequente a utilização das dinâmicas e resultados dos clubes na promoção de figuras políticas e das elites políticas dominantes.

Em Odivelas é exactamente isso que se passa. O movimento associativo desportivo não faz mais porque não sente o apoio e até a consideração da Câmara Municipal e do PS força que gere o concelho. Objectivamente, as receitas que os clubes em Odivelas administram são insuficientes para fazer face às despesas inerentes a um praticante ou uma equipa federada. Para além disso o concelho carece de instalações desportivas em todas as modalidades. No entanto, a toda esta realidade o PS tem olhado com um distanciamento gritante e um desinteresse preocupante. Não bastava os apoios aos clubes estarem suspensos durante mais de metade do mandato como depois o PS retoma os programas de apoio aos clubes reduzindo os valores de comparticipação, atribuindo subsídios sem qualquer critério qualitativo.

Concluimos pois que, algum abrandamento na actividade dos clubes, tem a marca da gestão do PS, sendo hoje recorrente ouvirmos dos nossos dirigentes desportivos a saudade pelos tempos de Loures, onde os clubes eram respeitados e apoiados, sendo que o traço mais marcante dessa mesma gestão a demagogia!

Os pavilhões prometidos e anunciados pelo PS no início do mandato são ainda uma miragem. A ciclovia foi o que se viu. Favorece-se as parcerias e a recuperação dos espaços privados em vez de se valorizar os espaços públicos para o lazer e para a prática desportiva informal. Agora a aposta do PS é, recorrendo mais uma vez a uma parceria publico-privada, construir um mega pavilhão Gimnodesportivo capaz de atrair para o concelho as grandes realizações desportivas nacionais e internacionais. Mais uma vez a propaganda em vez do apoio às reais necessidades dos clubes e do desporto.

Falam do êxito dos atletas oriundos do nosso concelho com vaidade, mas não dizem que foi o próprio PS a acabar com os projectos de formação desportiva, onde durante muitos anos dezenas de crianças iniciaram a sua actividade desportiva.

A CDU assume-se como a força política capaz de alterar o curso das coisas. A única força política com um verdadeiro projecto político para o desenvolvimento desportivo. A única que promove o debate e a auscultação aos dirigentes associativos como verdadeiros instrumentos de participação cívica.

Odivelas tem de Mudar!

A CDU reivindica:

- a) A Elaboração de um compromisso para a construção de equipamentos desportivos no concelho, cujas prioridades devem assentar nos polidesportivos cobertos e na criação de percursos para jogging e bicicleta;
- b) O incremento de medidas de apoio para a construção e recuperação de equipamentos desportivos dos clubes do concelho;
- c) A valorização do apoio á actividade federada dos clubes, nomeadamente na comparticipação dos custos fixos daí decorrentes;

- d) A elaboração de um projecto de incremento e incentivo a Centros de Formação Desportiva dirigidos a crianças e jovens até aos 14 anos;
- e) A participação dos clubes na definição dos programas de apoio da CM, bem como na elaboração das prioridades de investimento na área do desporto;
- f) A criação de uma linha de apoio para a aquisição de transporte próprio



Armindo Fernandes

Membro do Executivo da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP
Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, eleito pela CDU

URBANISMO

A elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa teve como motivação a correcção da existência de grandes desequilíbrios na organização territorial desta Área.

Este instrumento visava a promoção do desenvolvimento sustentado, a reorganização espacial, melhoria da qualidade de vida das populações, a preservação dos recursos naturais e a qualidade do ambiente.

Em resumo, pretendia-se:

- Conter a expansão da Área Metropolitana de Lisboa
- Criar diversas centralidades, preservando as paisagens e desenvolvendo os valores ambientais
- Salvar a estrutura ecológica existente.

O concelho de Odivelas, no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa (AML) teve nestes últimos anos um crescimento galopante do urbanismo, com graves prejuízos dos valores patrimoniais e ambientais, pelo que seria dever do município de Odivelas aproveitar todas as possibilidades para corrigir esta desastrosa situação. Situação de todos conhecida, de tal modo que Odivelas já foi apelidada de “Floresta de Cimento”.

O PS apoiado pelo PSD na gestão da Câmara de Odivelas, ao contrário do que seria razoável, tudo faz para favorecer o aumento do “cimento” no território do concelho. Odivelas tornou-se num paraíso para os especuladores da construção urbanística. Construiu-se mais em 9 anos de concelho de Odivelas do que em 20 quando era concelho de Loures.

A governar a Câmara com o apoio do PSD, o PS entende que desenvolvimento é construção de muitos prédios, quanto mais altos melhor, onde depois tudo falta para fruição das novas populações. O mesmo acontece com a instalação de grandes superfícies comerciais, algumas a pouca distância de outras, mas daí resultando a morte do comércio local, dos bairros das

freguesias, com relevo para os que se encontram na parte mais antiga da cidade de Odivelas, reaparecendo os bairros dormitórios, sem vida e sem segurança.

Para facilitar este “galope do cimento”, em 9 anos de existência do Concelho de Odivelas, ainda não foi revisto o PDM que veio de Loures. Este PDM está muito desactualizado, por um lado, porque foi um dos primeiros PDM’s a ser aprovado, quando ainda não havia tecnologia avançada como há hoje para ser produzido um PDM mais eficaz, por outro, passados que são mais de 20 anos, já tem o dobro da duração que é aconselhável.

O PS com a ajuda do PSD atrasa a aprovação de um novo PDM porque a situação lhe convém. Este PDM, desactualizado, fora do contexto em que foi elaborado, permite-lhe fazer o que quer e depois dizer que está a obedecer ao que está definido no PDM que veio de Loures. Por um lado facilita-lhe desenvolver a política nefasta que pretende, por outro, procura que o ónus resultante dessa política seja pago pela CDU que foi quem elaborou o PDM ainda em vigor.

Nós defendemos no início deste mandato que não devíamos aprovar novas urbanizações enquanto o PDM não fosse revisto. É evidente que esta posição não seria sensata se no horizonte temporal em que a tomámos se admitisse que o novo PDM, nove anos passados, estivesse por aprovar. O certo é que está, e agora percebemos porquê!

Temos que exigir a rápida concretização e aprovação do novo PDM. Tem de haver um instrumento regulador, disciplinador, mais actual que permita um melhor ordenamento do território. Vai saindo nova legislação, que só favorece os especuladores, os grandes patrões do cimento. Quem não se lembra do novo conceito de “remate do quarteirão”, levando a que se construíssem 120 fogos onde no PDM em vigor só admitia a construção de 35. Estes e outros conceitos vão-se consolidando e a construção avança sem freio.

Nós também sabemos que não bastará possuímos um bom e actual PDM para que exista um bom urbanismo. Sem planeamento e sem vontade política correcta, a ocupação do território será sempre o resultante da pressão e a satisfação dos grandes interesses económicos. Aliás, devemos estar atentos e preparados para combater aberturas perigosas no novo PDM que possibilitem liberalismos que permitam a continuação ou mesmo o agravamento do paraíso que já existe no Concelho para os especuladores na área do urbanismo e noutras áreas que levam à ocupação “selvagem” e despudorada de solos.

Devemos realçar a justeza da nossa posição, na última campanha eleitoral, quando propusemos **“Travar o avanço do Cimento”**. As pessoas hoje têm a opinião clara que há cimento a mais no concelho de Odivelas. Temos agora de denunciar a existência de um parque habitacional já construído muito superior à procura. Tanto as novas habitações, como as mais recentes, mas já à venda em 2ª mão, não têm comprador. As mais antigas também já não têm. Nunca se viu tantos anúncios de andares à venda no concelho. A construção de habitação continua quando já não há quem a compre! A oferta é maior que a procura.

Não devemos esquecer os muitos loteamentos já aprovados. Alguns há em que as infra-estruturas já foram implementadas e recebidas, mas sem ter ainda todas as edificações construídas e algumas existem mesmo sem qualquer edificação licenciada. Quando todos os lotes forem edificados, os fogos para venda superam exageradamente a procura criando-se verdadeiros bairros fantasmas.

Temos de continuar a denunciar, com muita força, a grande especulação imobiliária que continua a existir no concelho, ligando-a à também grande ambição que a câmara mantém, por esta via, obter volumosas receitas provenientes dos licenciamentos e do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis). É por isso que ainda recentemente aprovou mais loteamentos para mais umas centenas de fogos e agravou a taxa de IMI que vigorou no ano anterior.

É um dado adquirido que muitas famílias estão em risco de não poderem pagar as suas casas. Muitas estão no limite das suas possibilidades. Devemos saber tratar bem esta questão junto

deste grande número de novos eleitores existentes nestas urbanizações. Eles foram enganados. Compraram casa a preços especulativos, muito acima do seu valor. A especulação tramou-os.

Todas estas urbanizações foram aprovadas sem previamente serem elaborados estudos adequados, nomeadamente planos de pormenor, planos ambientais, e outros que contemplassem espaços para existência de equipamentos sociais de serviços públicos, lúdico-desportivos e Áreas de Estar e Lazer que satisfizessem as necessidades dos novos residentes do concelho.

Não temos acessibilidades fáceis nem transportes públicos entre bairros, freguesias e concelhos vizinhos, obrigando à utilização de transportes privados, o que agrava o orçamento familiar de quem escolheu o nosso concelho para viver. Não há creches, escolas nem ensino pré-escolar suficientes. Os centros de saúde e hospital tardam a construir-se. **É isto a que a gestão PS chama “Terra de Oportunidades”**

A CDU não se opõe à construção para habitação ou para outras actividades, nomeadamente edifícios para empresas, equipamentos sociais, ensino ou outros fins, mas opõe-se às aprovações casuísticas sem planos prévios, que garantam o desenvolvimento sustentado do concelho. A qualidade de vida das populações é para nós essencial. É uma das nossas primeiras prioridades, pois entendemos que só com planos prévios, muito bem elaborados e discutidos se pode ordenar correctamente o território.

O ordenamento do território do concelho deve contemplar espaços destinados a actividades “limpas” que produzam emprego, sem colocar em causa o bom ambiente e o bem-estar dos nossos munícipes. Novos empregos são precisos no concelho de Odivelas, desde que sejam garantidos valores ambientais compatíveis com uma vivência humana de qualidade. Deve contemplar centralidades onde o convívio entre as pessoas seja facilitado. Sempre defendemos que é necessário um amplo Parque Urbano Municipal que permita o exercício físico, vivência e convivência saudável das populações.

Nós, a CDU, não abdicamos, nem renunciamos à opção de lutar por um concelho de Odivelas onde se possa viver com dignidade e qualidade. Não o fazer é trair quem escolheu o nosso concelho para viver.

Para que a situação actual se inverta, a CDU tem de ganhar as próximas eleições para a Câmara e Freguesias. É um objectivo necessário e possível!

Vamos ao trabalho, camaradas e amigos.



António Pedro

Membro da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP

Modelos e Desafios da Comunicação Política

Sem intervenção escrita



Conceição Cuco

Membro da Assembleia de Freguesia da Póvoa de Stº Adrião, eleita pela CDU

A CULTURA NO CONCELHO DE ODIVELAS

“O homem mais sábio que conheci em toda a minha vida não sabia ler nem escrever.”

Foi com estas palavras que, há dez anos, **José Saramago**, prémio Nobel da Literatura, iniciou o seu discurso em Estocolmo, na cerimónia de entrega do galardão que tanto nos honrou.

Nesta alocução, Saramago explica-nos como o seu avô o fez despertar para as coisas do mundo e a importância que teve na sua formação.

Toda a linha de desenvolvimento do seu discurso assenta num **conceito de cultura** que valoriza todos os saberes que, independentemente da formação académica de quem os detém, contribuem para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Como Saramago e Bento Gonçalves, nós acreditamos que a verdadeira cultura é aquela que, sendo acessível a todos, valoriza igualmente todos os conhecimentos, contribui para o desenvolvimento integral do indivíduo, estimula o espírito crítico levando, assim, à transformação da realidade.

É este o nosso conceito de cultura: **democrática, não elitista**, acessível a todos, onde todos possam ser emissores e receptores, uma cultura de TODOS E PARA TODOS.

Não é este o entendimento do governo do P.S. que, sabendo bem os “perigos” de uma verdadeira democratização cultural, aposta na alienação das massas populares através de políticas de controle de todos os meios de difusão de cultura ou da **concentração** desses meios em **monopólios** do grande capital (veja-se quem são e como se têm vindo a concentrar nas mãos de alguns as rádios, os jornais, as televisões, as editoras, etc.).

Sabemos como a cultura é sempre um **parente pobre** no orçamento do estado.

Frequentemente assistimos ao encerramento de museus por falta de funcionários ou por **degradação de instalações**.

A **elitização** e **mercantilização** da cultura verifica-se igualmente na **dificuldade de acesso** aos bens culturais (livros, teatros, cinema, exposições, etc.) quer por questões económicas, quer pela ausência de uma descentralização cultural.

O encerramento de escolas e a política de **desqualificação da Escola Pública** são bons exemplos da política cultural deste governo.

Infelizmente esta política já nós conhecemos. Foi assim durante 48 anos! **Só que este Magalhães ainda não existia...**

Mas agora a realidade é bem diferente. O **fluxo migratório** obriga-nos a uma **abordagem multicultural** desta questão e a **inexistência de políticas de integração** das minorias potencia a

violência e abre caminho a actos de racismo e de xenofobia. Veja-se os últimos acontecimentos de violência em Loures. Há bem pouco tempo!

A política cultural deste **executivo PS/PSD** em nada difere da do governo PS:

Nestes três últimos anos o **orçamento** para a cultura tem vindo a ser sucessivamente **reduzido**.

Não obstante o endividamento deste município, o **esbanjamento de dinheiros públicos na Municipália**, (que tem gerado e alimentado cada vez mais clientelas dependentes) demonstra bem a gestão ruínosa da Câmara nesta matéria. Todos os anos a Câmara desperdiça cerca de **um milhão de euros**, montante que poderia ser investido em bens culturais se o **Departamento Sócio-cultural** assumisse as funções desta empresa, tal como tem vindo a ser proposto pelos vereadores da C.D.U.

A política cultural deste executivo tem vindo a ser um bom **suporte publicitário** desta autarquia. As actividades culturais, quer sejam sobre o acordo ortográfico ou sobre a sopa, são palco de propaganda do PS e seus apaniguados.

A **identidade cultural** da população do concelho é menosprezada por este executivo. Já há muito tempo que a cultura salaia deveria ter o espaço que merece um museu municipal.

A **multiculturalidade** deste concelho justificava uma maior atenção à comunidade imigrante. O rico mosaico cultural que se gera nas novas culturas urbanas tem sido desvalorizado concretamente através da diminuição ou mesmo subtracção dos apoios às associações culturais e recreativas do concelho.

Um bom exemplo dessa preocupação multicultural foi a convivência religiosa propiciada pela construção da mesquita na Quinta do Mendes nos tempos idos de Loures e do executivo CDU.

O **carácter elitista** desta política manifesta-se ainda, na **construção de obras de fachada** que, sem programação dinâmica e de **qualidade duvidosa**, apenas são acessíveis aos mesmos **convidados e amigos**. O **Centro de Exposições** e a **Casa da Juventude** são bons exemplos deste elitismo.

A divulgação de actividades culturais deixa muito a desejar...

Quantos dos presentes têm acesso a essa programação?

A **parceria com o privado**, de que é exemplo a utilização sistemática do Odivelas Parque, para exposições e outras actividades de natureza cultural, revela mais um aspecto nefasto desta política cultural.

A falta de democraticidade dessa política manifesta-se ainda na não utilização dos espaços exteriores em actividades de carácter cultural. Odivelas possui poucos mas óptimos espaços que devem ser valorizados para fruição das populações e que fazem parte do património cultural deste concelho. A “praça pública” deverá ser recuperada e valorizada como espaço de um convívio saudável e democrático. Actualmente está a ser sufocada pela política do betão...

A democratização da cultura passa também pelo seu alargamento a todas as freguesias do Concelho, ao contrário do que hoje se verifica.

A **desvalorização** do património cultural constituído pelas **associações culturais** do concelho manifesta-se pelos **critérios selectivos e perversos** dos poucos subsídios atribuídos, como se pode verificar numa breve análise do “ Programa de Apoio aos Agentes Culturais do Concelho”.

A situação do **património edificado** mereceria um estudo mais aprofundado. Todavia a carência e a degradação dos equipamentos é manifesta e cada freguesia encarregar-se-á de, em devido tempo, fazer o levantamento das carências a este nível. A título de exemplo

podemos apontar a inactividade a que tem sido votado o Auditório da Póvoa de S. Adrião, único espaço cultural da Freguesia.

Em jeito de **conclusão** reafirmamos o carácter elitista anti-democrático e subalterno do conceito e da prática cultural deste executivo PS/PSD.

Afirmamo-nos como defensores de uma **prática cultural antagónica** desta. Defendemos políticas culturais que proporcionem a democratização da cultura e o acesso e a fruição dos bens culturais a todos conforme as suas necessidades e aspirações.

As nossas propostas foram sendo apresentadas ao longo desta intervenção. Solicitamos as contribuições de cada um para um trabalho que culminará na apresentação do programa da CDU para as próximas eleições autárquicas.



Joaquim Machado

Membro da Assembleia de Freguesia de Odivelas, eleito pela CDU

Intervenção da CDU na Assembleia de Freguesia de Odivelas

O valioso papel da CDU, através dos seus eleitos, na Assembleia de Freguesia de Odivelas, é e será sempre de uma postura séria e responsável para com os compromissos assumidos, reflexo do programa eleitoral (contrariamente ao que é prática comum das restantes forças políticas, principalmente PS. e PSD.).

Neste sentido os eleitos da CDU da Freguesia de Odivelas, despertos e em pleno exercício das suas funções, sempre sentiram que politicamente são os ouvidos, os olhos e a voz de todos aqueles que nos elegeram, bem como, de todos aqueles que não votando em nós, passado pouco tempo, reconheceram que a CDU é a única força política capaz e eficiente num mundo que, os partidos que governam este país o tornaram de ilusões e mentiras, onde é frequente encontrar vários exemplos de oportunistas, hipócritas e parasitas, onde claramente nós e a nossa força política não nos imiscuímos.

Por tais razões cabe-nos, como eleitos da CDU, demonstrar que não somos iguais, pelo contrário, denunciemos os malfeitores da democracia e defendemos a verdadeira representatividade, dando voz a todos os que têm necessidade de se manifestar mas o não podem fazer, por temor das represálias dos ditadores que se dizem democratas e sociais socialistas (PS e PSD).

Para nós a carreira política de promoção pessoal, em detrimento da verdadeira causa pública na defesa dos interesses de todos os fregueses de Odivelas, é algo que sempre rejeitamos e rejeitaremos.

Somos, e continuaremos a ser, o garante dos legítimos interesses de toda a população da freguesia de Odivelas.

Como exemplo de tudo isto veja-se o conjunto de actividades que desenvolvemos durante este nosso mandato.

Percorremos toda a freguesia; visitas programadas e na sua maioria por solicitação da própria população. Nestas mesmas visitas, em companhia dos Vereadores da CDU da Câmara Municipal de Odivelas, detectamos um conjunto de problemas, que demonstram a indignação dos fregueses de Odivelas não é fruto de delírios de certos partidários da desgraça, mas sim da realidade diária sentida e vivida por todos nós.

Exemplos não faltam: falta de limpeza, parasitas e ratazanas, ausência de equipamentos desportivos e de lazer, política de remendo, estacionamento caótico, insegurança, entre muitos outros.

Para nós todas estas situações são o motivo da nossa revolta e o incentivo para reforçar a nossa luta contra os corruptos dos princípios, liberdades e garantias conquistadas em Abril.



Natália Santos

Comissão Coordenadora Concelhia CDU - Odivelas

Há largos anos que a saúde em Odivelas, não pára de piorar!

Neste encontro, que tem como objectivo reflectirmos, em conjunto, sobre o que é e como é hoje este concelho para quem cá vive ou trabalha, o que poderia e ainda poderá ser, o que podemos perspectivar para o futuro e, não menos importante, esboçarmos algumas linhas mestras do que pode, deve e tem que ser a nossa intervenção, gostaria, em nome do grupo de trabalho, abordar algumas questões sobre a saúde.

E o acesso à saúde é hoje, seguramente, uma dos problemas mais sentidos, reconhecido pela generalidade da população deste concelho como uma situação gravíssima, escandalosa, que não pode deixar de ser considerada, continuar a ser considerada, como uma grande prioridade e logo uma área prioritária da nossa própria acção.

Não há inquérito, levantamento, estudo, ou qualquer tipo de auscultação à população, onde a saúde não seja identificada como uma das principais carências e dificuldades e não encabece a lista das preocupações.

O diagnóstico da situação está feito, é conhecido, e todas as actualizações que dele se façam conduzem-nos sempre às mesmas conclusões, sintetizáveis numa única frase: “Há largos anos que a saúde em Odivelas, não pára de piorar”.

Piora porque não são tomadas quaisquer medidas terapêuticas ou correctivas, piora porque não é feito um único investimento, piora porque a população está a aumentar, está a envelhecer, precisa de mais e melhores cuidados e a situação degrada-se, piora porque as políticas nacionais de desinvestimento no SNS, de privatização e mercantilização da saúde tem consequências directas e perversas ao nível local, que penalizam cada vez mais quem, diariamente é obrigado a viver esta triste realidade.

A população de Odivelas tem vindo a aumentar muito significativamente e basta olharmos para as novas urbanizações que todos os dias continuam a nascer sob os nossos olhos para percebermos que, com esta maioria, o crescimento só tenderá a continuar. Só neste últimos 2 anos, foram já aprovados mais de 2000 fogos novos.

Entre 2001 e 2007 passamos de 133.856 para 155.358. Mais 16% da população, Mais 21.500 pessoas, sempre com o grupo etário das pessoas com mais de 65 anos a registar o maior crescimento.

Se as pessoas aumentam, aumenta também o número de inscritos nos centros de saúde.

Em 2004 eram 148.055 os inscritos nos dois centros de saúde existentes no Concelho - Odivelas e Pontinha - em 2006 eram já 158.556 (mais 7%) e em Junho de 2008 os números oficiais são de 168.352. Em menos de 5 anos, são mais 20.297 pessoas, mais quase 14% (13,7%).

Mas, num quadro que era já deficitário e ao contrário do que seria necessário, este forte crescimento não foi acompanhado das medidas necessárias e adequadas às novas necessidades. Não se registou qualquer reforço quer nos recursos disponíveis, humanos e materiais, quer ao nível dos equipamentos e instalações.

Pelo contrario, e como se pode ler no perfil de saúde do Concelho, elaborado no anterior mandato e actualizado em 2006, o numero de médico, pessoal técnico e técnico superior não registou qualquer evolução e até diminuiu. O mesmo cenário se repete para os Administrativos e Auxiliares e no caso do pessoal de enfermagem o ligeiro aumento registado é claramente insuficiente.

Até hoje a situação não para de se agravar, com a saída durante 2007 e no decurso deste ano de vários profissionais sem que tenham sido substituídos. É o caso de vários médicos de família e do único pediatra que existia. Hoje, as mais de 22.000 crianças do concelho não podem contar com um só pediatra.

Esta realidade é ainda agravada pelo facto de muita percentagem muito significativa do pessoal se encontrar a exercer funções com vínculos precários, seja em regime de contrato a termo, por um ano, seja como trabalhadores ocupacionais. Quanto aos que estão agora a finalizar os contratos, a maioria entre Novembro e Janeiro próximo, continuam a não se conhecer outras orientações para além do anúncio televisivo da Ministra da Saúde de que iriam ser renovados.

As consequências são dramáticas. Odivelas não tem médicos especialistas, não tem meios complementares de diagnóstico, o serviço de radiologia foi extinto, o numero de pessoas sem medico de família aumenta diariamente, a educação para saúde em meio escolar ,que há muitos anos vinha a ser promovida, e bem, pelo centro de saúde de Odivelas , fica este ano limitada apenas ao pré-escolar , os Cuidados Continuados Integrados reduziram drasticamente o apoio prestado e o CATUS diminui progressivamente o horário de funcionamento , e tudo parece indiciar - há já rumores e sinais nesse sentido -que o quererão encerrar definitivamente, já no inicio do ano, com a entrada em funcionamento do Serviço de Urgência Básico em Stº António do Cavaleiros e que pretendem sirva esta área.

Esta é uma situação, caros amigos, que tem que ser muito bem acompanhada e que exige que estejamos particularmente atentos e actuantes.

Entre 2004 e 2006 os utentes sem médico de família passaram de 26.221 para 34.829 e hoje são já praticamente 40.000 pessoas, cerca de 24% dos inscritos nos 2 centros, chegando aos 27% no caso da Pontinha.

Praticamente um quarto das pessoas utentes não tem médico de família. Sejam os que cá vivem mais recentemente, e nunca o tiveram, sejam os que deixaram de ter porque o seu médico, às vezes de muitos anos, se reformou, mudou-se, saiu.

Outros indicadores são igualmente reveladores. O numero absoluto de consultas médicas realizadas é menor hoje que em 2004, tal como o numero de médicos e enfermeiros ou consultas por mil habitantes, sempre muito inferiores aos valores médios na região da grande Lisboa.

No que respeita à Equipa dos Cuidados Continuados Integrados, criada em 1997 com trabalho pioneiro e meritório, que levou até o anterior ministro da saúde Correia de Campos e o próprio primeiro-ministro José Sócrates a apontá-lo como exemplo nacional e apesar de as necessidades serem crescentes, o numero de doentes e famílias acompanhados tem diminuído, e o horário reduzido, por força da diminuição dos profissionais afectos á equipa, em especial a saída do único médico a tempo inteiro. Os cuidados domiciliários querem prestados 24 horas por dia, 7 dias por semana hoje estão apenas disponíveis das 8h às 20h, mas não ao domingo. Como se estes doentes, idosos ou em situação de grande dependência, pudessem ter hora para deles precisarem.

Em vez de se apostar nos cuidados domiciliário, prefere-se o internamento, nos chamados hospitais de recta guarda, as ditas unidades de convalescença de média e longa duração e paliativos. E para isso estão a ser contratualizadas camas com outras instituições, nomeadamente com privados, como o Hospital do Mar, com custos avultadíssimos.

Então não seria melhor reforçar os cuidados de saúde e o apoio social, no seio da família, na casa do doente e, quando tal não se mostrasse viável, criar estas unidades nos próprios serviços públicos?

Quanto aos equipamentos de saúde existentes, padecem há muitos anos de grandes males. Sem qualquer intervenção ao longo de muitos anos, estas instalações, para além de insuficientes, funcionam em prédios de habitação mal adaptados, degradados, muitos com as canalizações, ou os telhados em ruptura total, sem elevador, sem acesso a pessoas com mobilidade reduzida, idosos, grávidas, pais com crianças de colo, em condições absolutamente inaceitáveis e indignas.

Só recentemente foram feitas algumas intervenções nomeadamente na pontinha, ou no CATUS, e estarão agora na extensão Olaio e na da Rua dos bombeiros voluntários, em Odivelas, mas que não resolvem nem podem resolver os problemas de fundo, alguns mesmo estruturais. É Tentar remediar, tarde e a más horas, o que já não tem remendo.

Os novos centros de saúde, cuja necessidade há muitos anos, nalguns casos há décadas, é publicamente reconhecida, técnica e politicamente e apesar das muitas promessas e expectativas criadas, continuam no papel.

Depois de terem cedido terrenos municipais, nalguns casos os projectos estarem concluídos, como em Odivelas ou na Póvoa, e verbas inscritas em PIDDAC mas nada se fazer, com a desculpa de não existir capacidade técnica ao nível do Ministério e da ARS para avançar com a construção, a Câmara celebrou em 2001, em vésperas de eleições, três contratos programa, homologados pelo ministro do PS Correia de Campos, assumindo a construção de centros de saúde ou extensões nem Odivelas, Na Povoia de Stº Adrião e no Olival Basto, mediante a transferência dos dinheiros necessários.

Poucos meses depois o dinheiro foi retirado do orçamento, nunca foi repostado, o governo não honrou o compromisso e os terrenos lá continuam, alguns a servir para estacionamento.

Agora, a últimas informações são de que foram feitos novos programas funcionais, para Odivelas, Ramada, Povoia e Famões, que para Odivelas estão previstos 2 Pólos Assistenciais,

para 30.000 utentes cada, que vão ser postos a concurso novos projectos, que se estão a preparar novos contratos-programa para celebrar com a câmara mas que a construção avança só quando houver disponibilidade financeira. A mesma conversa, outra vez. Parece que se voltou à estaca zero e o filme repete-se.

Paralelamente em Fevereiro deste ano é criado o agrupamento do centro de saúde Odivelas-Pontinha e nomeada directora do Agrupamento a directora actual do centro de saúde de Odivelas? Que alterações positivas, que mais-valias poderá representar para as pessoas? Não se conhece. Mas se todos os Agrupamentos prevêem a obrigatoriedade de existir pelo menos uma unidade de saúde familiar, o que nunca foi organizar em Odivelas, que leitura se poderá fazer? Não será esta uma forma de disfarçadamente dar mais uns passos para dismantelar os próprios serviços de saúde? Esta é umas questões que gostaríamos de deixar aqui para discussão.

Entretanto e numa atitude de total cumplicidade com o governo, pretendendo desonerá-lo, libertá-lo das responsabilidades e obrigações que tem mas que não cumpre, o PS na Câmara de Odivelas, que há dez anos ocupa a cadeira do poder, em vez de forma intransigente e determinada, como se devia esperar, porque foi eleito pelas pessoas para defender os seus interesses, anuncia, pela voz da Presidente de Câmara e com grande show-off, que vai avançar com construção de 3 centros de saúde, recorrendo às ditas parcerias publico privadas, leia-se entregando a saúde aos promotores urbanísticos e a grupos financeiros, na linha da politica seguida a nível central, com os resultados desastrosos que todos conhecemos e fazendo de Odivelas, agora na saúde, o laboratório das más experiencias e opções politicas do PS.

Decerto que não é a natureza filantrópica ou benemérita da actividade destes privados que os leva a participar nestes negócios. Fazem-no para obter mais lucros e benefícios. E fazem-no a que preço, mediante que contrapartidas, com que tipo de compromissos? Como é que se permite que, desta forma, se hipoteque ainda mais o futuro deste concelho?

Em troca de quantas mais urbanizações? Pagando o custo de entregar de mão beijada os melhores terrenos municipais que estavam destinados a equipamentos, a jardins, aos espaços públicos que tanta falta fazem nesta terra, mas onde vão nascer mais umas centenas de casas novas, como o caso dos terrenos das Granjas Novas, na Ramada, que foi oferecido à Luso Capital, ou dispensando este privados de construir os devidos equipamentos, numa urbanização com mais de uma centena de fogos, como no caso da nova urbanização autorizada à Hercesa, na Povia de Stº Adrião?

Mas que garantias existem de que, para esses novas centros de saúde a construir através desse parcerias, serão assegurados o equipamentos os médicos e enfermeiros necessários, e a sua integração no SNS e a que todos tenham acesso, em igualdade de condições? Nenhuma.

Que características têm estas unidades, qual o seu real valor e quanto vamos todos, através do erário público, ter que pagar por elas? Não se sabe.

Como é que se avança com a informação de que será feito um centro de saúde, claro está por privados, por troca da autorização de mais prédios em torno do mercado de Odivelas, sem sequer estar garantido que o dito espaço, por cima do mercado, reúne o mínimo de condições, até do ponto de vista técnico, para esse fim?

Esta é uma questão que tem que ser denunciada, esclarecida, fazer chegar de forma clara às pessoas, explicitar a posição crítica que a CDU sempre tem assumido, as razões porque está CONTRA e que fundamentam esta nossa posição, contribuir para que todos os que, já fartos de tantos adiamentos, falsas promessas e expectativas defraudadas e que sentem a necessidade urgente de alguma coisa ser feita, possam de forma esclarecida, reflectir sobre as consequências daquelas opções.

Este é um desafio e uma tarefa que, entendemos nós, assume hoje particular importância e urgência e na qual todos nós, activistas da CDU, temos de nos envolver.

A CDU tem sido a única força política que ao longo do tempo, de forma responsável e claramente interventiva, tem denunciado a situação, tem exigido medidas, tem proposto soluções, tem apoiado as justas reivindicações da população, tem estado com as pessoas, com os movimentos cívicos, com as comissões de utentes, na defesa de melhores condições de saúde no nosso concelho de Odivelas. São muitas as acções promovidas, com uma dinâmica e adesão inquestionáveis, e de que são exemplo as acções em defesa do SNS, ou a MARCHA DA SAUDE, onde participaram perto de um milhar de munícipes das sete freguesias deste concelho.

Uma dinâmica que tem que continuar, ser alargada, envolvendo todos os que, individualmente ou agrupados em movimentos, como o Movimento + Saúde de Odivelas, e as comissões de utentes das diferentes freguesias, se tem batido por mais e melhor saúde e que nesta caminhada de luta, sempre têm podido contar, só têm podido contar, com a CDU.

Porque dos outros, dos eleitos e responsáveis do PS e do PSD, que há uma década partilham o poder em Odivelas, a população mais não pode esperar que pedirem umas reuniões, mandarem uns ofícios, dizerem que de facto as pessoas têm razão, a coisa não está bem, mas sem nunca saírem da cadeira, sem se comprometerem ou mesmo fazendo o jogo do Governo.

Estas são apenas alguns aspectos relativos à saúde que gostaria de deixar aqui colocados. Muitos outros, nomeadamente no que se refere à prevenção, à educação e promoção da saúde, aos múltiplos factores que influenciam a nossa saúde, como o ambiente, a qualidade da água e do ar, a falta de espaços verdes e de descompressão, a falta de espaços para a prática desportiva etc.etc., tudo determinantes da nossa saúde, devem ser objecto da nossa atenção e reflexão, o que seguramente poderemos fazer, numa outra oportunidade.

Obrigado pela vossa atenção e bom trabalho.



Ana Monteiro

Comissão de Freguesia da Ramada do PCP

Vogal da Junta de Freguesia da Ramada, eleita pela CDU

A Freguesia da Ramada.

Quanto ao parque escolar do 1º ciclo nada de novo, a não ser a substituição da velha escola Eça de Queirós por contentores provisórios até que a nova escola seja construída. A Câmara prometeu que as obras das novas instalações começariam em 1 de Julho deste ano e até agora, nada. De referir que a promessa da data para a entrada em funcionamento da nova escola é Janeiro de 2008. A ver vamos.

Escolas superlotadas e aulas em regime duplo acarretam prejuízos irreversíveis para toda a comunidade educativa. Tal facto não parece incomodar a Câmara Municipal dada a sua ausência de resposta.

A legalização dos bairros clandestinos não avança ou por isto ou por aquilo, com claros prejuízos para os proprietários que querem ver a sua situação resolvida e que estão por isso desmotivados e revoltados.

As zonas verdes e a limpeza urbana, competências delegadas na Junta, mostram bem como não funciona a Câmara e como trabalha a Junta – está bem à vista de todos.

O Ambiente também é um exemplo da incapacidade da Câmara em resolver os problemas que afectam as populações. Basta olhar para as linhas de água e constatar a falta de limpeza evidente. A Câmara até quer construir uma bomba de gasolina em plena área residencial.

Não lembra ao diabo.

A defesa do património histórico e cultural não têm sido prioridade do Município. Só conhecem o Moinho da Laureana em Famões e a Municipália.

À espera de resposta está ainda, por exemplo, a Casa do Vasco Santana.

As relações Câmara/Juntas vão de mal a pior – cortes de verbas e retiradas de competências anteriormente delegadas atestam que o PS só pode querer reduzir as Juntas a meras emissoras de atestados.

Perante tudo isto o que fazer?

Apostar no aprofundamento cada vez maior da ligação com as populações, dar mais apoio ao movimento associativo e reforçar as reivindicações mais do que justas, como são o Centro de Saúde, a Escola do 1º Ciclo dos

Apréstimos, a Esquadra da PSP e a estação dos CTT.

A Junta tudo tem feito para que o Parque dos Pedrenais avance e seja uma realidade dentro em breve. Não vamos desistir, apesar da lentidão de resposta dos Serviços da Câmara.

Muito foi feito e muito há para fazer. Só com a continuação e reforço do trabalho da CDU na freguesia da Ramada poderemos levar a bom porto o projecto autárquico que nos une, em prol do desenvolvimento da freguesia e pelo bem da população.



Adélia Pontes

Em representação do Movimento + Saúde

Sem intervenção escrita



Paula Lança

Membro da Célula dos Trabalhadores Comunistas da Câmara Municipal de Odivelas

Câmara Municipal de Odivelas:

Três longos anos de prepotência e desinvestimento nos Recursos Humanos

Decorridos três anos de mandato do actual executivo PS/PSD na autarquia, o balanço que fazemos só pode ser francamente negativo. Foram três longos anos de prepotência e desinvestimento nos Recursos Humanos. Foram três longos anos de crescente desmotivação e descontentamento por parte dos trabalhadores.

Esta maioria PS/PSD não deixará saudades. Será recordada pelos trabalhadores por razões muito pouco favoráveis. Eis alguns dos exemplos paradigmáticos:

- Fizeram evaporar, logo no início do mandato, o Departamento de Recursos Humanos, efectuando a sua integração, através de 2 divisões, no actual Departamento Financeiro e de Aprovisionamento. Estes 2 departamentos fundiram-se em um, que se passou a chamar Departamento de Gestão Administrativa e Financeira. Nenhuma outra Câmara, com dimensão similar à de Odivelas, ousou em algum momento eliminar, pura e simplesmente, da sua Macroestrutura o Departamento de Recursos Humanos. Tal deu origem de imediato a um primeiro *signal* de desconsideração pelas necessidades dos trabalhadores e veio a traduzir-se posteriormente num pior aproveitamento das suas capacidades. Até hoje, ainda ninguém conseguiu compreender como foi possível pôr no mesmo saco Aprovisionamentos e Recursos Humanos;
- Instituíram diversos procedimentos administrativos ou burocráticos absolutamente risíveis especialmente dirigidos aos trabalhadores da autarquia (por exemplo, os trabalhadores passaram apenas a dispor da possibilidade de colocar ou esclarecer questões laborais junto da Divisão de Recursos Humanos, pasme-se, às 3^{as} e 5^{as} feiras – nos restantes dias passou até a ser escusada a realização de qualquer tentativa nesse sentido);
- Assentiram inúmeras situações de regularidade duvidosa no âmbito do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), como, por exemplo, a contratualização de objectivos excedendo todos os prazos estipulados, isto, para além da utilização vergonhosa das quotas desta mesma avaliação, entenda-se o Muito Bom e o Excelente, para também, aqui e ali, e independentemente do desempenho profissional, compensar a militância partidária, a bajulação e até a delação;
- Remeteram para as *calendas gregas* uma mão cheia de reclassificações profissionais na autarquia, que foram sempre sendo mitigadas junto dos principais interessados através do recurso à estafada argumentária da praxe. A esmagadora maioria destes

- colegas há muito que até desempenham já com mérito funções nas categorias e carreiras para onde pretendem ser reclassificados;
- Contribuíram para uma notória diminuição, em quantidade e qualidade, da oferta interna de Formação Profissional. Impossibilitaram o acesso dos trabalhadores da autarquia a Formação Profissional externa com custos associados, independentemente da relevância que a mesma possa assumir para a instituição, sem que seja a expensas dos próprios trabalhadores;
 - Assumiram uma inaceitável concepção minimalista em matéria de Medicina do Trabalho e de Higiene e Segurança no Trabalho. Continuaram a querer ignorar a relevância que tem o desenvolvimento de uma política activa de Promoção da Saúde no Local de Trabalho;
 - Impediram, em termos práticos, durante 2008, a promoção na categoria de centenas de trabalhadores. Em 2008, resolveram apenas abrir concursos internos de acesso limitado para algumas dezenas de lugares em diferentes categorias e para apenas algumas carreiras, quando era possível ter-se feito muito mais e melhor em prol dos trabalhadores e da defesa desse direito inquestionável que é a promoção na carreira. Em resultado destas erradas opções tomadas, este ano, por exemplo, defraudaram-se novamente as expectativas de funcionários com quatro anos na categoria que, uma vez mais, ficarão impossibilitados de acederem a uma categoria superior e de funcionários que, estando há três anos na categoria, nem sequer se puderam candidatar porque para as suas carreiras não foram abertos, simplesmente, concursos;
 - Obstaculizaram, na generalidade dos casos, de forma perfeitamente obtusa, a Mobilidade Interna solicitada por dezenas de trabalhadores;
 - Contrataram empresas privadas para a realização de tarefas anteriormente asseguradas com esmero pelos trabalhadores e pelos serviços da autarquia. Numa autarquia com largas dezenas de funcionários qualificados que se encontram completamente subaproveitados e com défice orçamental apregoado, foi, no mínimo, *grotesco* assistir-se à entrada dos privados na autarquia para efeitos, por exemplo, de organização de iniciativas, de execução do serviço de expediente ou até para a prestação de serviços consultoria em áreas onde não se vislumbram quaisquer carências em termos de quadros técnicos altamente especializados na autarquia;
 - Encetaram alguns processos nebulosos com contornos de coacção moral aos trabalhadores;
 - Recusaram o pagamento legal de trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal aos trabalhadores, quando sempre houve dinheiro para o foguetório advindo de projectos ou iniciativas avulsas e desnecessárias, quando sempre houve dinheiro para propaganda e mais propaganda, quando sempre houve dinheiro para contratar assessores e mais assessores, quando sempre houve dinheiro para mordomias, beberetes, viagens, etc..

Ao longo destes últimos três anos, os trabalhadores da autarquia foram constantemente prejudicados por estas e outras medidas similares de Gestão de Recursos Humanos! Tudo isto foi assente numa «óptica organizacional», dizem eles (PS e PSD). Tudo isto foi assente numa óptica de afronta e atropelo pelos mais elementares direitos dos trabalhadores, pelos seus legítimos interesses e anseios, dizemos nós.

Isto, só não vê quem não quer! E os Trabalhadores Comunistas na Câmara Municipal de Odivelas, para enorme desagrado dos pequenos poderes instalados na autarquia, quando, tal como na cantata de Sofia Andresen, «Vemos, Ouvimos e Lemos», também concluímos que «Não podemos Ignorar».



Mónica Martins

Comissão de Freguesia de Olival de Basto do PCP

Sem intervenção escrita

Olival Basto



Arlindo Costa

Comissão de Freguesia de Odivelas do PCP

A CDU faz falta a Odivelas!

Sem intervenção escrita



Deolinda Santos

Membro do Secretariado da Comissão Concelhia de Odivelas do PCP

Membro do Comité Central do PCP

Há condições para uma vitória da CDU no Concelho e nas Freguesias de Odivelas!

Sem intervenção escrita



Armando Miranda

Membro da Comissão Política do Comité Central do PCP

Situação Política Nacional!

O Capitalismo não é o fim da história!

Sem intervenção escrita